



“Para uma Filosofia do Ato”, de Mikhail Bakhtin: possíveis diálogos com o ato de trabalho

Mirelly Karolinny de Melo Meireles ¹
Pedro Farias Francelino ²

RESUMO:

Este trabalho tem como objetivo discorrer acerca de alguns conceitos da arquitetura de Mikhail Bakhtin na obra **Para uma Filosofia do Ato (PFA)**, visando suscitar possíveis diálogos com o ato de trabalho, já que neste contexto a linguagem e a atividade se inter-relacionam. Desse modo, partiremos dos conceitos iniciais da proposta filosófica de Bakhtin, discutida amplamente em PFA, e dialogaremos com uma das formas de agir do sujeito no mundo – o trabalho –, sendo tal atividade situada e o sujeito de linguagem parte essencial desta (PORTO, 2011). Nossas discussões se desenvolvem no decurso de três seções: i) Ato, singularidade, responsabilidade: dialogando com o advento da Ergonomia; ii) Ética material e ética formal: dialogando com o trabalho prescrito, trabalho realizado e trabalho real; e iii) Filosofia primeira como filosofia do ato: dialogando com a linguagem e o trabalho. Em cada uma das seções, trataremos de algumas reflexões de ordem mais geral empreendidas por Bakhtin em PFA e, em seguida, a partir dos conceitos discutidos, proporemos como delimitação observar possíveis convergências entre eles em um contexto mais específico: o do trabalho. A partir desse diálogo, concluímos que, ao empreender uma aplicabilidade na vida concreta e, mais especificamente, na situação de trabalho, compreendemos que o ato de trabalho ético e responsável rompe as barreiras da obediência às prescrições, uma vez que o trabalhador apresenta uma consciência moral, está envolvido em um contexto sócio-histórico e cultural, age em relação ao outro e é um ser singular.

PALAVRAS-CHAVE:

Mikhail Bakhtin;
Análise Dialógica
do Discurso;
Filosofia do Ato;
Ato de Trabalho;
Ergologia.

¹ Doutoranda em Linguística pelo Programa de Pós-graduação em Linguística (PROLING) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Professora Efetiva do Magistério Federal do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN/ Campus Caicó). Membro do Grupo de Pesquisa em Linguagem, Enunciação e Interação (GPLEI/CNPq/UFPB). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6127-8044>. E-mail: mirelly.meireles@ifrn.edu.br

² Doutor em Linguística pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), com estágio de Pós-doutorado em Linguística pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP). Professor do Departamento de Língua Portuguesa e Linguística e do Programa de Pós-graduação em Linguística (PROLING) da UFPB. Coordenador do Grupo de Pesquisa em Linguagem, Enunciação e Interação (GPLEI/CNPq/UFPB). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6945-1940>. E-mail: pedrofrancelino@yahoo.com.br

1 Introdução

Partimos da premissa de que a epistemologia das Ciências Humanas tem como objeto de estudo o homem e este, em sua especificidade, “exprime a si mesmo (fala), isto é, cria texto (ainda que potencial). Onde o homem é estudado fora do texto e independente deste já não se trata de ciências humanas (mas de anatomia e fisiologia do homem, etc.)” (Bakhtin, 2016, p. 77). O texto é considerado como condição de existência dessa ciência (Brait, 2002). Ademais, o ato humano é um texto e este só pode vir a ser compreendido em um determinado contexto dialógico de seu tempo (Bajtín, 1982).

No que concerne à composição do **ato**, abordado detalhadamente na obra **Para uma filosofia do ato**, doravante **PFA**, Bakhtin (1993) defende que o ato compreende elementos generalizáveis, estáticos e repetíveis e elementos não generalizáveis, dinâmicos e irrepetíveis. Além disso, em seu processo, os atos são singulares; porém, em seus conteúdos, estes apresentam características mais gerais. Para Sobral (2019, p. 57), “os atos são “relativamente estáveis” como os gêneros, e nunca se repetem, tal como os enunciados.” Nesse sentido, apesar da dimensão “generalizável” do ato, destacamos o seu caráter singular, único e irrepetível como aspecto característico determinante nas/das relações sociais entre os sujeitos.

Portanto, a filosofia primeira de Bakhtin objetiva integrar tais elementos, “a partir de um plano uno que não os separe, ou seja, um plano bilateral, de interpretação figurado para Bakhtin por Jano, aquele que tem duas faces” (Sobral, 2019, p. 40), ou seja, teorizando a generalidade e a singularidade.

Compreendemos, então, que o cerne dessa filosofia prima de Bakhtin corresponde ao ato e aos sujeitos, situados e concretos. No centro desse ato está o sujeito humano, “culturalmente inserido [...] em seu agir no mundo, seu processo contínuo de vir a ser, de se tornar o sujeito que é, e de dizer (e dizer-se) em suas relações (variáveis) com os outros constitutivos a que também constitui.” (Sobral, 2019, p. 25).

Segundo Bakhtin (1993, p. 32, grifo do autor), “Este ser não é determinável pelas categorias de uma consciência teórica não participante, mas somente pelas categorias da comunhão real, isto é, do **ato**, pelas categorias da vivência participante e operante da singularidade concreta do mundo.” Dessa maneira, o ato é situado, de um sujeito que age eticamente em uma situação específica.

É preciso ressaltar que a ética, no contexto do pensamento bakhtiniano, para além de um conceito ligado ao campo moral ou jurídico, compreende a ideia de responsabilidade, ou seja, diz respeito ao fato de que apenas eu posso fazer, do lugar único e singular que ocupo na existência, o que nenhum outro sujeito pode fazer. Supõe a participação efetiva e responsável do sujeito em qualquer tipo de ato, seja o

ato-pensamento, o ato-sentimento, o ato cognitivo etc. Para isso, é fundamental a consideração da condição alteritária da constituição do sujeito em suas relações sociais. Nessa esteira de pensamento, ser significa ser para o outro, e outro para mim, em cada situação real, concreta e singular de interação. Todos os nossos atos, incluindo os de linguagem, são resposta a outros atos e por isso mesmo, como disse Bakhtin, não temos álibi na existência. Para finalizar esse breve parêntese sobre a natureza da ética na proposição bakhtiniana, destacamos uma das várias características que Bubnova (2013, p. 13) elenca ao caracterizar o ato ético para Bakhtin: “O ato ético é um ‘documento assinado’: tem autoria, não possui valor nenhum sem a aceitação livre e consciente da responsabilidade que implica a autoria (‘assinatura’); é único, pessoal, comprometido e irrepetível.”

Partindo desses conceitos iniciais da proposta filosófica de Bakhtin, discutida amplamente em sua obra PFA, e considerando que uma das formas de agir do sujeito no mundo é através do trabalho, atividade situada, sendo o sujeito de linguagem parte essencial desta (Porto, 2011), este trabalho tem como objetivo discorrer acerca de alguns conceitos da arquitetura de Mikhail Bakhtin na obra **Para uma Filosofia do Ato** visando suscitar possíveis diálogos com o ato de trabalho³, já que, nesse contexto, a linguagem e a atividade se interpenetram.

Para tal fim, este diálogo se desenvolve no decurso de três seções e, em cada uma destas, trataremos de algumas reflexões de ordem mais geral empreendidas por Bakhtin em PFA para, em seguida, a partir dos conceitos discutidos, propomos como delimitação observar possíveis convergências destes em um contexto mais específico: o trabalho.

2 Possíveis diálogos

Como sinalizam Amorim (2009) e Sobral (2019), a arquitetura de Bakhtin em PFA é bastante complexa e requer esforço para ser melhor compreendida, exigindo do leitor uma ação redobrada. Sendo assim, para tecer um possível diálogo entre alguns conceitos abordados em PFA e o ato de trabalho, nos nortearmos por algumas⁴ categorias utilizadas por Sobral (2019) em seu texto **A filosofia primeira de Bakhtin – Roteiro de leitura comentado**, elaborada a fim de facilitar a leitura e compreensão da referida obra.

³ Utilizamos a expressão *ato de trabalho*, uma vez que concebemos o trabalho como sendo uma atividade relativamente estável – considerando as regras explícitas e implícitas seguidas pelos trabalhadores ao executar suas tarefas –, além do que a maneira como cada tarefa é executada por estes são únicas, não se repetem. Mais adiante, discorreremos mais sobre esse aspecto.

⁴ Não utilizaremos todas as categorias propostas por Sobral (2019), uma vez que se trata de um artigo e o espaço é restrito. Dessa maneira, discutiremos tais categorias em consonância com o ato de trabalho de maneira genérica. Em trabalhos posteriores, pretendemos aprofundar a discussão.

Desse modo, a fim de alcançar o objetivo proposto, percorreremos os seguintes eixos temáticos: i) Ato, singularidade, responsabilidade: dialogando com o advento da Ergonomia; ii) Ética material e ética formal: dialogando com o trabalho prescrito, trabalho realizado e trabalho real; e iii) Filosofia primeira como filosofia do ato: dialogando com a linguagem e o trabalho.

2.1 Ato, singularidade, responsabilidade: dialogando com o advento da Ergonomia

Bakhtin (1993) defende uma filosofia primeira que integra vida, arte e ciência, que considera a singularidade dos atos humanos não desconsiderando as generalizações. Sendo assim, o ato é composto de um elemento generalizável e de outro não generalizável e, quando tomados como componentes do Ser-evento, podem ser incorporados a uma filosofia primeira. O conceito de Ser-evento se refere ao

[...] Ser concreto dos seres humanos no mundo concreto, mundo objetivado (e não objetificado) e apropriado social e historicamente pelos sujeitos, coletiva e individualmente, o estar-no-mundo desses seres, que tem os componentes teórico e estético como parte do todo que é, mas não se reduz a eles nem neles se esgota. Trata-se de uma crítica a propostas absolutistas e relativistas, psicologizantes e formalizantes, centradas apenas nos conteúdos repetíveis ou no agir psicológicos dos sujeitos (por exemplo) e de uma proposta de sua integração dialógica fundada na ideia do ato ético, ou ato responsável, como algo que vai além da aceitação formal de regras morais gerais aplicáveis a todos independentemente de contexto. (Sobral, 2014, p. 34)

Ao estabelecer um paralelo com o ato de trabalho, recorreremos a uma definição de trabalho proposta por Herédia (2002), que afirma ser uma atividade criadora e que nos faz distinguir o homem dos outros animais. No ato de trabalho, o sujeito utiliza instrumentos, modifica tanto o seu meio como a si mesmo, tendo esse ato um caráter transformador que se opera, ao mesmo tempo, sobre o que é trabalhado e o ser que trabalha. Tal concepção baseia-se nas ideias de Marx e Engels (1999, p. 11):

Pode-se referir a consciência, a religião e tudo o que se quiser como distinção entre os homens e os animais; porém, esta distinção só começa a existir quando os homens iniciam a produção dos seus meios de vida, passo em frente que é consequência da sua organização corporal. Ao produzirem os seus meios de existência, os homens produzem indiretamente a sua própria vida material.

Compreendemos que o ato de trabalho promove meios de sobrevivência do ser humano, estabelecendo condições de humanização em relação ao outro no seio das diferenças existentes na sociedade. Assim, o ser humano se humaniza, se torna

cultura, cria sua própria história e, apesar de os processos de produção e os meios de trabalho estabelecerem normas e regras, a maneira como ele vive, age e pensa acaba afetando a forma como singulariza e ressingulariza tais teorias. E, apesar de esses sujeitos estarem inseridos em um determinado contexto de trabalho, com normas e regras a serem seguidas coletivamente, o ato humano será singular, uma vez que cada ser humano o realiza “[...] à sua própria maneira (sem prejuízo do que há em comum a todos eles), sendo, pois uma singularidade irrepetível – porque os atos são a tal ponto específicos que cada um deles ocorre uma única vez.” (Sobral, 2019, p. 39).

Durante a Primeira Revolução Industrial (1760-1840), tivemos o advento do Taylorismo – maneira racionalizada de conceber e organizar o trabalho, idealizada pelo engenheiro americano Frederick Winslow Taylor – que investigava os métodos de trabalho e tinha como finalidade determinar a melhor maneira de executá-lo com vistas a aumentar a produtividade, com um máximo de economia e o mínimo de perdas (Bräutingan, 2003). Dessa maneira, o trabalho era concebido “[...] como algo maquinal, fora do homem que o executa, podendo ser completamente antevisto, descrito, prescrito e monitorado”. (Souza-e-Silva, 2002, p. 88). E, “Uma vez no trabalho, o trabalhador deve estar inteiramente entregue às diretrizes de quem o emprega. Nada seria mais deplorável do que deixar a menor iniciativa. Toda iniciativa é reflexão, toda reflexão é perda de tempo e anarquia.” (Wallon, 1947, p. 46).

Assim, essa proposta filosófica desconsiderava a singularidade do sujeito e não se interessava “pela valoração constitutiva dos atos humanos”, reduzindo-os “a um conceito generalizador que apaga sua singularidade e seu aspecto moral.” (Sobral, 2019, p. 27). Em PFA, Bakhtin (1993, p. 27, grifos do autor) tece uma crítica ao apagamento da singularidade do ato humano:

Qualquer espécie de orientação **prática** da minha vida é impossível no interior do mundo teórico: é impossível viver nele, impossível realizar ações responsáveis. Nesse mundo eu sou desnecessário; eu sou essencialmente e fundamentalmente não-existente nele. O mundo teórico é alcançado através de uma abstração essencial e fundamental do fato do meu ser único e o sentido moral desse fato – “como se eu não existisse”. E esse conceito de Ser é indiferente ao fato central – central para mim – da minha comunhão única e real com o Ser (eu, também, existo), e ele não pode por princípio acrescentar nada a ele ou subtrair nada dele, porque ele permanece igual a si mesmo e idêntico em seu sentido e significância, independentemente de eu existir ou não; ele não pode determinar minha vida como uma realização responsável de ações, não pode fornecer nenhum critério para a vida prática, a vida da ação, porque ele **não** é o Ser **no qual eu vivo**, e, se ele fosse o único Ser, eu não existiria.

Dessa maneira, Bakhtin (1993) propõe uma filosofia do ato na qual o sujeito seja moralmente responsável por juntar a vida concreta (o mundo vivido, a razão prática) com a atividade teórica (o mundo representado pela teoria, a razão teórica), o que

Sobral (2019) designa como uma razão prático-teórica. Não obstante, diante da ênfase voltada à teoria, com o apagamento da singularidade do ato humano, o Taylorismo foi duramente criticado e, com isso, nasce a Ergonomia da Atividade, que preconiza que o trabalho está

entrelaçado por essa inteligência estratégica cuja visibilidade se manifesta nos seguintes aspectos: (a) ela é pluridimensional comportando, por exemplo, facetas como: a biológica, a cognitiva, a afetiva e a social; (b) ela é um instrumento gerenciador das exigências temporais; e (c) ela está colada à prática na resolução de problemas concretos. (Ferreira, 2000, p. 7)

Em consonância com tal definição, Schwartz (2011, p. 33) ressalta a relevância desse olhar ergonômico para o trabalho, afirmando que

O que o ergonomista denomina de ‘crônica da atividade’ revela a verdadeira densidade da atividade industrial: esta jamais é simples, jamais é puro encadeamento de normas, de procedimentos, pensados anteriormente e sem a pessoa que vai trabalhar, porque isso é simplesmente impossível e ao mesmo tempo muito difícil de ser vivido.

Portanto, em conformidade com as discussões acerca do ato ético responsável, situado, que compartilha determinadas características com outros atos e em sua realização é irrepetível, temos que a realização do ato de trabalho, como ato responsável pelo sujeito, “vindo de seu íntimo, um ato de reconhecimento da verdade do dever” (Bakhtin, 2003, p. 21) e que “ocorre no plano da “unidade histórica singular” (Bakhtin, 2003, p. 21) da vida de cada sujeito e não em um plano teórico abstrato.” (Sobral, 2019, p. 41). Daí a relevância do não apagamento do sujeito, no nosso caso, do trabalhador, sendo impossível considerar apenas as normas e desconsiderá-lo.

Por fim, a figura 1 sintetiza o que foi discutido nessa primeira seção no que concerne à ideia central do ato ético responsável e, mais especificamente para este estudo, à sugestão de tratar o trabalho como um ato ético e responsável. Vejamos:

Figura 1 – Ato de trabalho ético e responsável



Fonte: elaborada pelos autores

Compreendemos, então, que o ato de trabalho é componente do Ser-evento e que o sujeito – o trabalhador – é central nesse ato. Bakhtin (1993) estabelece uma filosofia do ato ético responsável em que o sujeito é incumbido por entrecruzar a vida concreta com a atividade teórica e, desse modo, esse ato é composto por um elemento generalizável e repetível, como as prescrições, comuns ao ato de trabalho, como também elementos irrepetíveis, considerando a vida concreta e o trabalho concreto, a singularidade de cada trabalhador, o contexto sócio-histórico-cultural, as relações alteritárias e a atitude moral da consciência.

2.2 Ética material e ética formal: dialogando com o trabalho prescrito, trabalho realizado e trabalho real

Como visto anteriormente, Bakhtin, em **PFA**, engendra uma filosofia primeira que trata da singularidade dos atos humanos e insiste na ideia de que esta “é uma filosofia do “ato-como-ato real singular”, o que envolve o autor desse ato, tomado em

⁵ Tais gêneros são um “[...] conjunto de regras explícitas ou implícitas para o agir, construídas pelo próprio conjunto de trabalhadores de uma determinada profissão [...]” (Machado; Abreu-Tardelli, 2009)

sua singularidade e não como ser humano em geral.” (Sobral, 2019, p. 61, grifo do autor). Tal asserção se opõe tanto à ética formal quanto à ética material.

Bakhtin faz uma crítica às limitações de ambas as éticas e sugere uma ética constituída no mundo da vida, diferente de uma ética fundamentada em regras abstratas e generalistas, aplicáveis a todos, que desconsidera o contexto e a responsabilidade do sujeito no aqui e agora da sua vida em sociedade (Sobral, 2019). Quanto à ética material (Ética do conteúdo), Bakhtin (1993, p. 41) aponta duas objeções e a primeira consiste em:

[...] aceitar a existência de normas éticas especiais, ela apenas aceita cegamente que o dever moral é inerente ao conteúdo de algumas proposições como tais, que ele decorre diretamente de seus conteúdos-sentidos, isto é, que uma certa proposição teórica (o mais alto princípio da ética) pode ser, em seu próprio sentido, uma proposição de dever-ser, depois de ter pressuposto, é claro, a existência de um sujeito, de um ser humano.

Desse modo, a crítica que Bakhtin tece é que a ética material desconhece a atitude moral da consciência. É “[...] necessário acrescentar alguma coisa saindo de dentro de mim mesmo; a saber, a atitude moral de dever-ser da minha consciência com relação à proposição teoricamente válida em si.” (Bakhtin, 1993, p. 41). Portanto, asserção teórica alguma pode fundamentar um ato realizado, muito menos um ato-pensado em real execução e conclui-se que o pensamento teórico não tem como inteirar-se de qualquer norma que seja.

Já a segunda objeção de Bakhtin à ética material consiste na sua “universalidade – a suposição de que o dever pode ser estendido, pode se aplicar a todos” (Bakhtin, 1993, p. 42). Sendo assim, a esse tipo de ética falta considerar o papel do sujeito situado, capaz de avaliar se essa tese teórica “tem validade concreta, em sua situação concreta, o imperativo não consegue obrigar ninguém: o dever-ser precisa tomar forma concreta, e isso só ocorre nos atos-realizações.” (Sobral, 2019, p. 55).

Quanto às críticas de Bakhtin (1993, p. 43-44) à ética formal, temos que esta

[...] começa da ideia perfeitamente correta de que o dever é uma categoria da consciência, uma forma que não pode ser derivada de algum conteúdo particular imaterial. Mas a ética formal (que se desenvolveu exclusivamente dentro dos limites do Kantismo) depois concebe a categoria do dever como uma categoria da consciência teórica, isto é, ela teoriza o dever, e, como resultado, perde o ato ou ação individual. Mas o dever é precisamente a categoria do ato individual; ainda mais do que isso – é uma categoria da individualidade, da unicidade de um ato realizado, de sua compulsoriedade única, de sua historicidade, da impossibilidade de trocá-lo por nada ou lhe fornecer um substituto. [...] O segundo defeito da ética formal é este: a própria vontade prescreve a lei a si mesma. A própria vontade faz, da pura conformidade

à lei, a sua própria lei – é uma lei imanente à vontade. Ela morre como uma vontade individual em seu próprio produto.

Inicialmente, Bakhtin acaba concordando com as ideias de Kant inerentes à ética formal, visto que o dever corresponde a uma necessidade singular absoluta, imperativa para mim. Porém, ao teorizar que a lei/ norma que rege um ato pode ser universal, Kant justifica de uma maneira puramente teórica. Conforme Bakhtin (1993, p.51, grifos do autor), em uma lei “não há nenhuma abordagem do **ato** vivo realizado no mundo **real**” e, desse modo, se constitui como “mais uma tentativa de impor ao mundo da vida, ao ser-evento, categorias teóricas abstratas.” (Sobral, 2019, p. 57).

Em conformidade com tais discussões e considerando o ato de trabalho, retornemos às discussões acerca da Ergonomia – discutido no tópico anterior –, que tem como princípio epistemológico a dicotomia entre trabalho prescrito – que corresponde às normas, às regras, o trabalho antecipado – e trabalho realizado – “a ser redescoberto de cada vez, ‘à lupa’, em cada posto de trabalho, apesar de ter sido pré-definido de forma rígida por essas prescrições” (Schwartz; Adriano; Abderrahmane, 2008, p. 10).

Leite (2009), retomando Yves Clot, estudioso da Clínica da Atividade⁶, esclarece os dois tipos de trabalho supracitados e ainda acrescenta mais um. Vejamos:

[...] o trabalho **prescrito**, ou **previsto**, refere-se à **tarefa** como uma **prescrição de objetivos** e procedimentos a serem realizados. Já o trabalho **realizado** refere-se à tarefa que foi realizada segundo suas prescrições, porém o que mais nos chama à atenção é o **trabalho efetivamente realizado**, que segundo Clot (1999/2006), é chamado de **trabalho real**, pois a atividade de trabalho não se limita apenas ao que é realizado pelo indivíduo, mas também o que ele deixa de realizar, o que poderia ter feito, mas foi amputado de seu poder de agir, devido a impedimentos internos ou externos que acabam surgindo no percurso de sua atividade de trabalho (Clot, 1999; Clot & Faïta, 2000; Faïta, 2004 apud Leite, 2009, p.17, grifos do autor).

Diante de tais impedimentos, Clot (2007) propõe o que vem a ser denominado de real da atividade, ou seja, o trabalho real. Segundo o referido teórico

[...] o real da atividade é também aquilo que não se faz, aquilo que não se pode fazer, aquilo que se busca fazer sem conseguir – os fracassos – aquilo que se teria querido ou podido fazer, aquilo que se pensa ou que se sonha poder fazer alhures (Clot, 2007 [1999], p. 116).

⁶ A Clínica de Atividade é uma corrente teórica cujo objetivo é o estudo da relação entre o trabalho e a subjetividade do trabalhador (Bendassoli; Soboll, 2011).

Conforme as ideias de Clot (2004), o trabalho é uma atividade que é uma réplica da outra, inscritas numa cadeia de atividades. Sendo assim, a atividade realizada se refere àquela que veio a ser executada, porém nessa cadeia, existem outras tarefas que não conseguiram ser executadas por diversos fatores, mas continuam agindo e dando sentido às realizadas. Portanto, o trabalho real é mais complexo, uma vez que compreende tanto o trabalho realizado quanto o não-realizado. A partir dessa perspectiva, compreendemos que o trabalho real envolveria não apenas o realizado pelo trabalhador, mas também tudo o que foi planejado executar, mas este foi impedido de realizá-lo.

Assim, na Ergonomia, o conceito de atividade foi incorporado de maneira mais aprofundada, uma vez que, através do estudo das diferenças entre trabalho prescrito e trabalho real, foi percebida uma singularidade no que é efetivamente realizado (Hennington, 2008). Desse modo, estudos ergológicos afirmam que “[...] a prescrição nunca é suficiente para dar conta da produção exigida e aborda a noção de trabalho através do conceito de ‘atividade industriosa’” (Silva; Santos, 2017, p. 3), ou seja, qualquer atividade industriosa envolve sempre um “debate de normas” (Schwartz, 2004).

Diante de tais discussões acerca da ética material e da ética formal, bem como sobre os trabalhos prescrito, realizado e real, compreendemos que as prescrições estão em consonância com os preceitos abordados concernentes às éticas em questão, uma vez que o ato de trabalho só será considerado como ético se for completamente regido por essas éticas, consideradas normas morais como teses teóricas.

Portanto, tais teses teóricas acabam se transformando em prescrições, fazendo com que as atividades que devem ser realizadas naquele determinado contexto de trabalho sejam antecipadas, desconsiderando a vida concreta, o mundo da vida, a singularidade do sujeito trabalhador, o papel situado deste, do ser humano responsável por tomar uma atitude moralmente imperativa de sua consciência. Em consonância com tais argumentos e, no tocante às críticas feitas por Bakhtin à ética material, “Nenhuma proposição teórica pode fundar imediatamente um ato realizado, nem mesmo um ato-pensado, em sua real execução. De fato, o pensamento teórico não tem de conhecer nenhuma norma, seja qual for” (Bakhtin, 1993, p. 41).

Um outro ponto da discussão seria a universalidade dessas prescrições, tal qual postulam as Ciências do Trabalho, uma vez que a tarefa pode ser aplicada a todos indistintamente, fazendo com que haja o apagamento do sujeito trabalhador e que este parta do que seria aplicável a todos os outros trabalhadores e aplicaria a si, independentemente da situação. Em contrapartida,

Bakhtin propõe [...] o dever como responsabilidade ética do sujeito situado em sua posição singular, única, insubstituível. O que obriga é a

circunstância e os valores éticos, situadamente, não a verdade das proposições. O que é legal, nesses termos, pode ser ilegítimo por ser abstrato, não considerar as circunstâncias de cada sujeito. (Sobral, 2019, p. 56)

Ademais, no que concerne às prescrições no contexto de trabalho, compreende-se que não há abordagem alguma do ato vivo, visto que nelas há uma antecipação do ato de trabalho, ou seja, são elaboradas antes que a tarefa seja executada. E uma das críticas de Bakhtin à ética formal se refere à imposição de categorias teóricas abstratas, sem considerar, nesse caso, o trabalho realizado e, muito menos, o trabalho real.

Posto isso, o ato ético empreendido por Bakhtin considera o mundo real e, no caso desse estudo, o trabalhador em sua posição singular, única e tendo de lidar com inúmeras singularidades ao desenvolver as tarefas do seu ofício, ressingularizando algumas destas devido aos inúmeros embates que ocorrem no ato de trabalho. Portanto, este é caracterizado pelos processos de renormalização de normas antecedentes, nos quais “o trabalho real [...] não é considerado mera repetição do trabalho que lhes é prescrito – seja por outros ou por eles mesmos –, sendo sempre lugar de escolhas, um destino a viver” (Dias; Santos; Aranha, 2015, p. 212).

Dessa maneira, no trabalho, estão implicadas a decisão entre imperativos diferentes, gestão de imprevistos, gestão de relações sociais, gestão de crises e também gestão de si, o que não ocorre sem um componente conflituoso (Alves, 2013). Conforme Schwartz (2011), isso implica em “dramáticas do uso de si”, já que as escolhas arbitradas pelo trabalhador não são determinadas apenas pela sua própria vontade, envolvendo ainda os imperativos do setor econômico – produtividade, eficiência, manutenção do próprio emprego –, e valores não econômicos: solidariedade, respeito, ética (Souza-e-Silva, 2002).

Além disso, na análise do ato de trabalho, as atividades suspensas, contrariadas e impedidas, e mesmo as contra-atividades devem ser consideradas, pois, apesar de estarem afastadas, ocultadas ou inibidas, não significa que elas estejam ausentes (Alves, 2013). Schwartz & Durrive (2010) afirmam que a abordagem ergológica propõe compreender a presença da dimensão de escolhas e de valores na atividade de trabalho, buscando entender – ao analisar a lacuna entre as normas antecedentes e o trabalho real – como o sujeito recombina seus saberes, suas experiências, posiciona-se no fluxo das comunicações, executa arbitragens e julgamentos baseados em valores, para proceder às chamadas renormalizações, que guardam em si toda a riqueza da categoria trabalho.

Diante da compreensão acerca das críticas à ética material e ética formal, bem como a proposição de um ato ético proposto por Bakhtin, além das particularidades imanentes ao trabalho realizado e real, como discutido anteriormente, finalizaremos a presente seção com a seguinte asserção na obra PFA:

É apenas de dentro do ato realmente executado, que é único, integral e unitário em sua responsabilidade, que nós podemos encontrar uma abordagem ao Ser único e unitário em sua realidade concreta. Uma filosofia primeira só pode orientar-se em relação a esse ato realmente executado. De dentro, o ato realizado vê mais do que apenas um contexto unitário; ele também vê um contexto único, concreto, um último contexto, ao qual ele se refere tanto **no seu próprio sentido quanto na sua própria fatorialidade**, e dentro do qual ele tenta atualizar responsabilmente a verdade [pravda] única tanto do fato como do sentido em sua unidade concreta. [...] A responsabilidade do ato realmente executado conhece um plano unitário, um contexto unitário no qual esse levar-em-conta é possível – no qual sua validade teórica, sua fatorialidade histórica e seu tom emocional-volitivo figuram como momentos de uma só decisão ou resolução. (Bakhtin, 1993, p. 45-46, grifos do autor).

Em suma, depreendemos que a filosofia primeira de Bakhtin só pode ser orientada pelo ato realmente executado – uma vez que este é ativo, situado e de um agente que decide eticamente em uma situação específica e não geral – e, em nossa discussão, pelo ato de trabalho verdadeiramente concretizado, partindo do âmago do trabalho realizado e do trabalho real.

2.3 Filosofia primeira como filosofia do ato: dialogando com a linguagem e trabalho

Retomemos a ideia de que o ato transcrito apenas teoricamente acabaria perdendo o sentido da sua eventicidade, ou seja, “o sentido daquilo que, precisamente, o **ato** conhece responsabilmente e com relação ao qual se orienta” (Bakhtin, 2003, p. 55, grifo do autor). Desse modo, ao transcrever o ato de trabalho apenas teoricamente, através das prescrições, o desenvolvimento deste acabaria perdendo o sentido.

Além disso, Bakhtin contrapõe-se a uma outra restrição: “a de que o ato para ele só poderia ser vivido, mas não expresso” (Sobral, 2019, p. 65). Sobre isso, ele afirma que a linguagem é mais adequada para expressar a vida concreta, visto que a língua é viva e daria conta das “impurezas” desta e, na verdade, essa linguagem não conseguiria exprimir a abstração absoluta do teorismo, já que esta é pura demais.

Concernente ao trabalho, que condiz a uma esfera da vida concreta, durante muito tempo a importância qualitativa da linguagem e das práticas languageiras foi ignorada, principalmente no universo da produção, uma vez que a ênfase era dada à apropriação das técnicas e aos documentos instrucionais para a execução da tarefa; ou seja, para aspectos mais gerais e de ordem teórica (Faïta, 2002), não considerando as singularidades do contexto e muito menos a do ser trabalhador. Segundo Sobral (2019, p. 66), “Somente o pensamento não-indiferente consegue tomar ‘uma

expressão em toda plenitude de seu sentido””. Dessa maneira, seria impossível contemplar as práticas linguageiras desconsiderando o pensamento fundado nas relações dialógicas, uma vez que “Pensamento não-indiferente é pensamento fundado em relações dialógicas” (Sobral, 2019, p. 69).

Na arquitetônica de PFA,

[...] o foco não é a linguagem, porém a própria condição humana, que não prescinde de linguagem, como mostra Bakhtin. A linguagem já se faz presente em vários momentos. A discussão das filosofias é uma discussão centrada na linguagem dessas filosofias, em como elas explicam ou descrevem o mundo (Sobral, 2019, p. 67).

Então, levando em conta que a linguagem é inerente à condição humana, trabalho e linguagem – como todas as atividades humanas – são produtores de signos – enunciados/textos – e acontecem como um processo de interação cujos signos refletem e refratam⁷ características histórico-sociais dos indivíduos e da esfera de atividade em que atuam (Alves, 2013). E, por ser elemento central no desenvolvimento das atividades, na análise do trabalho, a análise da linguagem tem lugar privilegiado.

Portanto, a palavra é a unidade que, posteriormente, definirá os enunciados e a base da ideia das relações dialógicas: a referencialidade, a expressividade e a endereçabilidade (Sobral, 2019). Segundo Bakhtin (1993, p. 49),

Historicamente, a linguagem cresceu a serviço do pensamento participativo e dos atos realizados, e começa a servir o pensamento abstrato apenas nos nossos dias. A expressão do interior, de um ato realizado, e a expressão do Ser-evento único e unitário no qual esse ato é realizado, requerem a inteira plenitude da palavra: seu aspecto de conteúdo (a palavra como conceito) tanto quanto seu aspecto palpável-expressivo (a palavra como imagem), e seu aspecto emocional-volitivo (a entonação da palavra) em sua unidade. E em todos esses momentos a palavra plena unitária pode ser responsabilmente válida, isto é, pode ser a verdade [pravda] em vez de alguma coisa subjetivamente fortuita.

A plenitude da palavra, citada por Bakhtin, se refere à palavra tomada em sua totalidade, em sua complexidade, tomada em seus vários aspectos. Essa plenitude só existe quando a palavra é considerada nos três aspectos do ato, citados pelo autor, bem como na realização do ato. Conforme Sobral (2019, p. 69),

Já nos esforços em busca dessa palavra contextualmente plena a dizer, os dois (ou mais) sujeitos, e não só um deles, quando a proferem ou a

⁷ Volóchinov (2017), partindo da consideração de que o signo é ideológico, ou seja, da afirmação de que “[...] onde há signo há também ideologia” (Volóchinov, 2017, p. 93), postula que os signos se caracterizam tanto pelo fato de apontarem para uma realidade, de descreverem o mundo ao qual se referem, quanto pelo fato de construírem diferentes interpretações dele, “[...] sendo por isso mesmo capaz de distorcê-la, ser-lhe fiel, percebê-la de um ponto de vista específico e assim por diante.” (Volóchinov, 2017, p. 93).

escutam, já não são o que eram antes. A palavra plena é a que indica, forma a validade, a *pravda*, estabelece o reconhecimento de um pelo outro, faz ato, transforma. [...] Bakhtin esclarece ainda que a palavra plena é tomada como uma porque engloba todos esses aspectos, e que ela pode ser significativa do ato do eu diante dos outros (de maneira responsável), pode constituir a veridicidade [*pravda*] do ato, em vez de ser mera expressão objetiva causal (Sobral, 2019, p. 69).

Por conseguinte, o agir responsável supõe o outro, ou seja, o sujeito executa seu ato diante do(s) outro(s), a partir do conhecimento prévio deste(s) ou o que infere sobre ele(s). Nouroudine (2002) propõe uma reflexão sobre a linguagem, destacando seu caráter revelador da complexidade do trabalho, exemplificando o agir do sujeito levando em consideração o outro. Assim, ele aborda a relação linguagem e trabalho a partir de três dimensões indissociáveis: a linguagem “**como** trabalho”, a linguagem “**no** trabalho” e a “linguagem **sobre** o trabalho” (Nouroudine, 2002, p. 17, grifos do autor).

A “linguagem **como** trabalho” é aquela “que faz”. O trabalho é considerado como complexo, uma vez que se constitui de várias dimensões intrínsecas, econômica (meio de gestão do tempo de trabalho), social (interação com o outro), ética (caráter social do enunciado, aberto para o debate), histórica, cultural, jurídica etc., cujo sujeito se constitui na relação com valores e saberes interligados (Nouroudine, 2002).

Além disso, Teiger (1995, p. 67) parte do pressuposto de que, no contexto de trabalho, a linguagem **como** atividade compreende determinados aspectos, como: “fala para si e fala ao outro, para o outro, centrada essencialmente aqui nos desafios da realização do trabalho e da existência da identidade pessoal dentro e pelo grupo, sobretudo através do tempo.” Segundo Nouroudine (2002), na referida afirmação podem ser verificados dois níveis de linguagem: i) gestos e falas que o protagonista usa ao se dirigir aos seus colegas durante a execução de uma atividade coletiva; e ii) as falas que o protagonista dirige a si mesmo, a fim de orientar os próprios gestos no momento em que trabalha. A esses dois níveis de linguagem **como** trabalho, o autor, em conformidade com as ideias de Bakhtin, ainda acrescenta um terceiro nível, que seria o “mínimo dialógico”: “o sentido é pessoal: sempre há nele uma pergunta, um chamado e uma antecipação da resposta; sempre há nele dois sujeitos (o mínimo dialógico)” (Todorov, 1981, p. 47).

No que se refere à “linguagem **no** trabalho”, esta corresponde à “linguagem circundante”, que faz parte de uma situação global na qual se desenrola a atividade. Essa dimensão favorece as interações e trocas na situação de trabalho. Dessa maneira, o conteúdo da linguagem pode ser bem variado, distante da atividade de um e de outro, podendo veicular assuntos referentes à política, ao futebol, à música etc. Portanto, a linguagem circula no âmbito multidimensional e multifatorial (Nouroudine, 2002).

Nesse caso, as interações que ocorrem entre os sujeitos no ambiente de trabalho são das mais variadas naturezas, podendo ir do informal até a resolução de problemas inerentes à atividade. Faïta e Donato (1997) afirmam que a situação de trabalho é a instância na qual as relações dialógicas que acontecem entre os sujeitos se deixam melhor apreender.

Bakhtin (2005), ao tratar do romance polifônico e, particularmente, do discurso na prosa de Dostoiévski, postula a noção de relações dialógicas como relações de sentido que se estabelecem entre enunciados. Para o autor, elas são extralinguísticas, ou seja, não podem ocorrer entre elementos da língua considerada em seu aspecto estrito, tal como pensada por Saussure, mas uma língua viva, concreta, como instância de interação entre falantes. Segundo Bakhtin (2005, p. 183, grifos do autor),

As relações dialógicas são irredutíveis às relações lógicas ou às lógico-semânticas, que **por si mesmas** carecem de momento dialógico. Devem personificar-se na linguagem, tornar-se enunciados, converter-se em posições de diferentes sujeitos expressas na linguagem para que entre eles possam surgir relações dialógicas.

As relações dialógicas, nesse ínterim, são produzidas a partir das diferentes relações sociais travadas entre os sujeitos na esfera da atividade em que atuam, sendo essas relações produtoras de sentidos construídos mediante os posicionamentos valorativos/axiológicos assumidos, de forma única, concreta e singular, a respeito dos objetos de discurso de que tratam em suas interações.

Por último, temos a “linguagem **sobre** o trabalho” que é aquela que “interpreta”. A fala pode surgir do próprio meio profissional, por exigência de um grupo, colegas, a fim de analisar, avaliar, comentar o próprio trabalho por diversas razões, como também seria uma forma de o pesquisador se manifestar, analisar, interpretar o trabalho do outro. Para Nouroudine (2002), a linguagem sobre o trabalho contempla duas possibilidades de ocorrência: i) ser provocada pelo próprio trabalhador ou pesquisador e ii) localizar-se dentro ou fora da situação de trabalho.

Então, os protagonistas do trabalho se expressam no que diz respeito às suas atividades, tanto na transmissão de saberes em um coletivo de trabalho quanto nas relações pessoais (família, amigos, etc.). Pode-se também utilizar a linguagem sobre o trabalho a fim de avaliar uma situação ou um problema, objetivando a ação, como é o caso de pesquisas científicas (Nouroudine, 2002). Considerando esse último uso da linguagem **sobre** trabalho, há uma crítica feita por Nouroudine (2002, p. 28) que afirma que a “neutralização da linguagem do outro sobre sua própria experiência traduz uma tentativa de negação da postura de sujeito dos atores do trabalho e das singularidades que eles produzem no trabalho”, absorvendo apenas as propriedades mais gerais, ou seja, eles acabam relatando apenas aspectos mais gerais, não se aprofundando.

Por fim, compreendemos que a linguagem utilizada **como** trabalho, **no** trabalho e **sobre** trabalho acaba sempre por considerar o outro, através das relações alteritárias entre esses trabalhadores.

3 Considerações finais

As interlocuções tecidas no presente texto abordam alguns conceitos propostos na arquitetura de Bakhtin – PFA –, em um contínuo diálogo com o ato de trabalho, e acabam contribuindo para uma maior reflexão sobre sua filosofia primeira, bem como para desvendar mais aspectos inerentes aos fundamentos da análise dialógica do discurso e, conseqüentemente, articular tais princípios com as atividades humanas concretas que, no nosso caso, foi com o trabalho.

Vale salientar que, neste pequeno espaço, nos foi impossível contemplar todos os aspectos, reflexões e definições contidos na obra PFA. Sendo assim, como citado no início deste, tivemos como objetivo discorrer acerca de alguns conceitos da arquitetura de Bakhtin – na obra PFA – visando suscitar possíveis diálogos com o ato de trabalho.

Dessa maneira, nossa discussão foi orientada por algumas categorias que Sobral (2019) utilizou para organizar sua obra **A filosofia primeira de Bakhtin – Roteiro de leitura comentado**. Inicialmente, foram realizadas reflexões acerca das noções de ato, singularidade e responsabilidade em consonância com alguns aspectos do surgimento da Ergologia, a partir de críticas ao Taylorismo, ao não considerar o trabalhador em sua concepção.

Num segundo momento, discutimos algumas críticas feitas por Bakhtin à ética material e à ética formal, como também apontamos a sugestão proposta por ele de ato ético e, a partir daí, contemplamos algumas similaridades daquelas com a definição de trabalho prescrito. Quanto às particularidades do trabalho realizado e trabalho real, estas estão em consonância com a proposta da filosofia primeira, que se orienta através do ato ético.

E, por fim, temos a seção que trata da filosofia primeira como filosofia do ato, que discorre sobre a linguagem na obra PFA. Dessa maneira, propusemos algumas analogias com o tópico linguagem e trabalho, contemplando a linguagem **como, no e sobre** o trabalho, bem como a questão da palavra, das relações dialógicas e das relações alteritárias.

Concluimos, então, que a filosofia primeira de Bakhtin se orienta pelo ato ético responsável e este vai além da aceitação formal das regras morais gerais aplicadas a todos, independentemente do contexto. Ao empreender uma aplicabilidade na vida concreta e, mais especificamente, na situação de trabalho, compreendemos que o ato de trabalho ético e responsável rompe as barreiras de obedecer às prescrições, uma

vez que o trabalhador apresenta uma consciência moral, está envolvido em um contexto sócio-histórico e cultural, age em relação ao outro e é um ser singular.

Referências

ALVES, S. M. A atividade de tutores na Educação a distância: uma análise bakhtiniana do prescrito e do vivido nos ambientes virtuais de aprendizagem. 2013. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

AMORIM, M. Para uma filosofia do ato: válido e inserido no contexto. In: BRAIT, B. **Bakhtin: dialogismo e polifonia**. São Paulo: Contexto, 2009. p. 17-43.

BAJTÍN, M. **Hacia una filosofía del acto ético**. De los borradores y otros escritos. Trad. de Tatiana Bubnova. Rubí: Anthropos/ San Juan, Universidad de Puerto Rico, 1982.

BAKHTIN, M. **Para uma filosofia do ato**. Trad. da ed. Americana Toward a Philosophy of the Act. Austin: University of Texas Press, por Carlos Alberto Faraco e Cristovão Tezza, 1993.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BAKHTIN, M. O texto na linguística, na filologia e em outras ciências humanas: um experimento de análise filosófica. In: **Os gêneros do discurso**. Org., tradução, posfácio e notas de Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2016. p. 71-107.

BENDASSOLLI, P. F.; SOBOLL, L. A. P. Introdução às clínicas do trabalho: aportes teóricos, pressupostos e aplicações. In: BENDASSOLLI, P. F.; SOBOLL, L. A. P. **Clínicas do trabalho: novas perspectivas para compreensão do trabalho na atualidade**. São Paulo: Atlas, 2011. p. 3-21.

BRAIT, B. Perspectiva dialógica, atividades discursivas, atividades humanas. In: SOUZA-e-SILVA, M. C. P.; FAÏTA, D. (org.). **Linguagem e trabalho: construção de objetos de análise no Brasil e na França**. Trad. Inês Polegatto e Décio Rocha. São Paulo: Cortez Editora, 2002. p. 31-44.

BRÄUTINGAN, M. Taylorismo (Administração Científica): aspectos conceituais e uma análise crítica. **Revista Engenharia de Produção EPS UFC UFSC**, Florianópolis, 2003. Disponível em <http://www.ebah.com.br/content/ABAAABlpIAA/taylorismo#>. Acesso em: 20 jan. 2023.

Bubnova, Tatiana. O princípio ético como fundamento do dialogismo em Mikhail Bakhtin. **Revista Conexão Letras**, v. 8, nº 10, p. 9-18, 2013. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/conexaoletras/article/view/55173/33554> Acesso em: 22 out. 2023.

CLOT, Y. **A função psicológica do trabalho**. 2ª. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

DIAS, D. S., SANTOS, E. H.; ARANHA, A. V. S. Contribuições da ergologia para a análise da atividade de trabalho docente. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 9, n. 1, p. 211-227, 2015. Disponível em: <https://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/download/1202/389> Acesso em: 20 jan. 2023.

FAÏTA, D. Análise das práticas languageiras e situações de trabalho: uma renovação metodológica imposta pelo objeto. In: SOUZA-E-SILVA, M. C. P.; FAÏTA, D. **Linguagem e trabalho**: construção de objetos de análise no Brasil e na França. São Paulo: Cortez, 2002. p. 45-60.

FAÏTA, D.; DONATO, J. Langage, travail: entre compréhension et connaissance. In: SCHWARTZ, Y. **Reconnaisances du travail** : pour un approche ergologique. Paris: PUF, 1997. p.149-169.

FERREIRA, M. C. Atividade, categoria central na conceituação de trabalho em ergonomia. **Alétheia**: Revista de Estudos sobre Antiguidade e Medievo, Canoas, v.1, n. 11, p. 71-82, 2000. Disponível em: <https://www.ergopublic.com.br/arquivos/1252856337.07-arquivo.PDF>. Acesso em: 10 dez. 2022.

HENNINGTON, E.A. Gestão dos processos de trabalho e humanização em saúde: reflexões a partir da Ergologia. **Revista Saúde Pública**, v. 3, n.42, p. 555-561, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/pJL3P6WsDc3Lkpsq8twctyM/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 10 dez. 2022.

HERÉDIA, V. B. M. . O trabalho na sociedade contemporânea. In: Fátima Jeanette Martinato. (org.). **Poliantéia**. Caxias do Sul: EDUCS, 2002, v. 1, p. 133-139.

LEITE, M. D. As diferentes facetas do trabalho do professor: dos Órgãos Governamentais à palavra do Trabalho. 2009. Dissertação. São Paulo: PUCSP/LAEL, 2009.

MACHADO, A. R. e colaboradores; ABREU-TARDELLI; L. S.; CRISTÓVÃO, V. L. (org.). **Linguagem e Educação**: o papel do professor em uma nova perspectiva. Campinas: Mercado de Letras, 2009.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã [Primeiro Capítulo]**. Ed. Ridendo Castigat Mores, eBooksBrasil.com, 1999. Disponível em <http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/ideologiaalema.html>. Acesso em 10 dez. 2022.

NOUROUDINE, A. A linguagem: dispositivo revelador da complexidade do trabalho. In: SOUZA-E-SILVA, M. C. & FAÏTA, D. (org.) **Linguagem e trabalho**: construção de objetos de análise no Brasil e na França. São Paulo, Cortez, 2002, p. 17-30.

PORTO, L. M. de F. Pelo (re)conhecimento da Ergolinguística. **Eutomia**, Recife, v.1, n.8, p. 269-291, dez. 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/EUTOMIA/article/view/1052/819> Acesso em: 15 jan.

2023.

SCHWARTZ, Y. Circulações, dramáticas, eficácias da atividade industriosa. **Revista Trabalho, Educação & Saúde**, Rio de Janeiro, v. 2, n.1, p. 33-55, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/YpjWbCXw8WbWmNMcNyhWPPg/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 10 jan. 2023.

SCHWARTZ, Y. Conceituando o trabalho, o visível e o invisível. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 9, n.1, p. 19-45, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/HTF7DtBVhZfgVZXqhkPX4Mx/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 08 fev. 2023.

SCHWARTZ, Y.; ADRIANO, R; ABDERRAHMANE, F. Revisitar a atividade humana para colocar as questões do desenvolvimento: projecto de uma sinergia franco-lusófona. **Laboreal [Online]**, Porto, v. 4, n.1, p. 10-22, 2008. Disponível em: <https://journals.openedition.org/laboreal/12192> Acesso em: 20 jan. 2023.

SCHWARTZ, Y.; DURRIVE, L. (org.). **Trabalho & Ergologia: conversas sobre a atividade humana**. 2. ed. Niterói: EdUFF, 2010.

SILVA, J.A.; SANTOS, C.M.M. A atividade de trabalho sob a perspectiva ergológica de Yves Schwartz. In: XX SEMEAD - Seminários em Administração, 1, 2017. [Anais...] – São Paulo: USP, 2017. p. 1-16.

SOBRAL, A. **A filosofia primeira de Bakhtin**: roteiro de leitura comentado. Campinas: Mercado das Letras, 2019.

SOUZA-E-SILVA, M. C. P. A dimensão linguageira em situações de trabalho. In: SOUZA-E-SILVA, M. C. P.; FAÏTA, D. **Linguagem e trabalho**: construção de objetos de análise no Brasil e na França. São Paulo: Cortez, 2002. p. 61-76.

TEIGER, C. Parler quand même: les fonctions des activités langagières non fonctionnelles. In: BOUTET, Josiane (org.). **Paroles au travail**. Paris: L'Harmattan, 1995. p. 45-72.

TODOROV, T. **Mikhaïl Bakhtine**: le principe dialogique suivi de écrits du Cercle de Bakhtine. Paris: Éditions de Seuil, 1981.

VOLOCHINOV, V. N. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Tradução de Sheila Grillo. São Paulo: Editora 34, 2017.

WALLON, H. Taylorismo, Racionalização, Selecção, Orientação. **Laboreal [Online]**, Porto, v. 6, n. 1, p. 45-47, 2010. Disponível em: <http://journals.openedition.org/laboreal/9212> Acesso em: 26 jan. 2023.



“Toward a Philosophy of the Act”, by Mikhail Bakhtin: possible dialogues with the act of work

ABSTRACT:

This work aims to discuss some architectonic concepts in Mikhail Bakhtin's work called **Toward a Philosophy of the Act (TPA)** and to raise possible dialogues with the act of work, since in this context language and activity are interrelated. Thus, we start from the initial concepts of Bakhtin's philosophical proposal, widely discussed in TPA, and we dialogue with one of the ways that the subject act in the world - working -, such as a situated activity and the subject of language is an essential part of it (PORTO, 2011). Our discussions are developed in the course of three sections: i) Act, singularity, responsibility: dialoguing with the advent of Ergonomics; ii) Material ethics and formal ethics: dialoguing with the prescribed work, work done and real work; and iii) First philosophy as philosophy of act: dialoguing with language and work. In each of these, we deal with some reflections of a more general order undertaken by Bakhtin in TPA and, then, from the concepts discussed, we propose as a delimitation to observe possible convergences of these in a more specific context: work. From this dialogue, we conclude that by undertaking an applicability in concrete life and, more specifically, in the work situation, we understand that the act of ethical and responsible work breaks the barriers of obeying the prescriptions, since the worker presents a moral conscience, is involved in a socio-historical and cultural context, acts in relation to the other and is a singular being.

KEYWORDS:

Mikhail Bakhtin;
Dialogic Discourse
Analysis;
Phylosophy of the act;
Act of work;
Ergology.